

ISSN: 2178-602X

Artigo Seção Livre
Volume 17, Número 3, set-dez. de 2023

Submetido em: 21/12/2023
Aprovado em: 13/09/2023

A *parresía* jornalística e Djamila Ribeiro: levantando-se contra o racismo bolsonarista nas páginas do jornal Folha de S.Paulo

Journalistic parresia and Djamila Ribeiro: rising up against bolsonarista racism in the pages of Folha de S.Paulo newspaper

Parresia periodística y Djamila Ribeiro: sublevación contra el racismo bolsonarista en las páginas del diario Folha de S.Paulo

Eduardo RITTER¹

Resumo

A filósofa Djamila Ribeiro, colunista da Folha de S.Paulo, sofreu diversas situações de racismo ao longo da vida. Diante da sequência de declarações racistas pronunciadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao longo da sua trajetória na política brasileira, a filósofa fez uso da sua *parresía* para denunciar uma resolução publicada pelo governo para remover quilombolas do município de Alcântara, ignorando a história e a identidade cultural dos descendentes de escravos brasileiros. Contextualizando historicamente o caso e o racismo presidencial, a colunista faz uso do que chamamos de *parresía jornalística*, apresentando as cinco características necessárias para tal: fala franca, coerência entre discurso e forma de vida, uso da fala franca no espaço público, assumindo riscos para fazer uso dessa fala franca em um ato de coragem.

Palavras-chave: *Parressía*; Racismo; Negritude; Discurso; Jornalismo Opinativo.

Abstract

The philosopher Djamila Ribeiro, a columnist for Folha de S.Paulo, has suffered several instances of racism throughout her life. Faced with the sequence of racist statements made by former president Jair Bolsonaro throughout his career in Brazilian politics, the philosopher used her *parresía* to denounce a resolution published by the

¹ Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto do curso de Jornalismo do Centro de Letras e Comunicação (CLC) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: rittergaucho@gmail.com – ORCID: 0009-0004-0135-561X



government to remove quilombolas from the municipality of Alcântara, ignoring the history and cultural identity of the descendants of Brazilian slaves. Historically contextualizing the case and presidential racism, the columnist makes use of what we call journalistic parresía, presenting the five characteristics necessary for this: frank speech, coherence between discourse and way of life, use of frank speech in the public space, taking risks to make use of this frank speech in an act of courage.

Keywords: *Parressia*; Racism; Blackness; Speech; Opinionated Journalism.

Resumen

La filósofa Djamila Ribeiro, columnista de Folha de S.Paulo, ha sufrido varios casos de racismo a lo largo de su vida. Frente a la secuencia de declaraciones racistas del ex presidente Jair Bolsonaro a lo largo de su carrera en la política brasileña, la filósofa utilizó su parresía para denunciar una resolución publicada por el gobierno para eliminar quilombolas del municipio de Alcântara, ignorando la historia y la identidad cultural de los descendientes de esclavos brasileños. Contextualizando históricamente el caso y el racismo presidencial, la columnista hace uso de lo que llamamos parresía periodística, presentando las cinco características necesarias para ello: discurso franco, coherencia entre discurso y forma de vida, uso del discurso franco en el espacio público, asumir riesgos para hacer uso de ese discurso franco en un acto de valentía.

Palabras clave: *Parressia*; Racismo; Negrura; Habla; Periodismo Testarudo.

Introdução

Brasil, século XIX. Após anos de abuso, humilhação e trabalho escravo, uma mulher negra consegue comprar a sua carta de alforria, que lhe concede relativa liberdade. No entanto para conseguir emprego ela precisa assinar um documento assumindo que tem um “defeito de cor”. A partir desse fato histórico, a escritora Ana Maria Gonçalves escreve um dos mais completos romances sobre o absurdo de mais de três séculos de escravidão oficial no Brasil e coloca como título da obra o mesmo texto do contrato discriminatório: *Um defeito de cor*.

Brasil, século XXI. Uma filósofa negra se cansa das atitudes racistas do presidente do Brasil e se vale do jornalismo para se levantar contra ele. Por meio de uma coluna no jornal Folha de S.Paulo, a filósofa Djamila Ribeiro faz uso da fala franca em espaço jornalístico para denunciar a remoção de 800 famílias quilombolas do Maranhão pelo governo Jair Bolsonaro (2018-2022), para a aplicação do Centro de Lançamento de Alcântara. Ribeiro, que ao longo da vida sofreu diversas vezes com o racismo e o machismo da sociedade, rompe com o silenciamento imposto às mulheres negras para apontar as decisões do governo brasileiro no período, que reforçam o



racismo estrutural, herança de três séculos e meio de escravidão. Medidas que, conforme aponta a filósofa, ignoram a história do país e que vão ao encontro do histórico de atitudes racistas de Bolsonaro e a sua ideologia, popularmente chamada de bolsonarismo, durante as mais de três décadas de atividades políticas desenvolvidas no Brasil como deputado e presidente. Separados por mais de um século, os dois contratos propostos pelo governo são discriminatórios e racistas. No século XIX, foi denunciado e combatido por Luiz Gama, advogado e jornalista negro, filho da personagem principal de *Um defeito de cor*, romance importante de ser mencionado por refletir a gravidade da dívida social que o Brasil tem para com os descendentes dos escravos. Já no século XXI, esse mesmo racismo é apresentado e criticado por Djamila Ribeiro, colunista da Folha de S.Paulo.

Ribeiro, inclusive, é uma das colunistas que integram os 10% de negros que desempenham essa função nos grandes jornais, conforme aponta o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (Gema), núcleo de pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2019b). Destarte, aumenta a importância da atuação de Djamila Ribeiro como colunista do jornal Folha de S.Paulo.

Tem-se, portanto, a seguinte problemática: estando inserida em uma sociedade onde o racismo estrutural está presente, como Djamila Ribeiro utiliza o espaço jornalístico para combater o racismo em um caso que envolveu o então presidente da República? Assim, o objetivo desse artigo é identificar características no texto de Djamila Ribeiro que marcam esse confronto discursivo, onde uma colunista se vale do espaço público para criticar uma autoridade que, notadamente, tem repreendido e ameaçado jornalistas. Esse cenário permite que se classifique a atuação de Ribeiro na imprensa como um exemplo de *parresía* jornalística.

Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza, principalmente, pela revisão bibliográfica sobre a temática de cunho qualitativo. Dessa maneira, foi feita a opção por uma visão aberta de procedimentos metodológicos, acreditando que, conforme menciona Feyerabend (2003), as grandes invenções da humanidade surgiram justamente quando os pesquisadores ousaram e quebraram as normas estabelecidas até então. Com uma metodologia aberta, espera-se que o objeto de estudo venha a falar por si em toda a sua complexidade. Conforme ressalta Machado da Silva (2011), para isso é preciso fazer uma operação de seleção, edição e estratégia. Ou seja, diante de um amplo universo de elementos e sentidos, somos obrigados a escolher aquilo que



consideramos mais importante e pertinente. Para isso é necessário lembrar a importância dos procedimentos metodológicos, pois “uma metodologia (com suas técnicas) forma, conforma e deforma um objeto” (MACHADO DA SILVA, 2011, p. 170). E dentro de um universo bibliográfico tão grande, algumas escolhas tiveram que ser feitas, sendo destacadas no texto que se segue.

Da escravização ao racismo estrutural contemporâneo: a formação de uma sociedade discriminatória

Conforme Machado da Silva (2018), os primeiros registros de compra de escravizados africanos pelos portugueses para trazê-los ao Brasil data de 1532. Isso quer dizer que até 2020 o país viveu 356 anos de escravização amparada pelo Estado e 132 anos de relativa liberdade – mas muito preconceito – para negros e indígenas. “As matanças dos indígenas começaram com Colombo e nunca cessaram” (GALEANO, 1989, p.59). Destaca-se que os exemplos e obras citados a seguir são apenas um recorte para contextualizar historicamente a temática, que é inesgotável.

No romance *Um defeito de cor*, a autora retrata o circuito de uma mulher negra escravizada na infância, passando pela jornada através do mar, chegando ao Brasil. Conforme relata em entrevista ao canal Justa Causa (2019), a romancista construiu a narrativa a partir de pesquisa documental, tendo se inspirado para a criação da personagem na mãe do jornalista Luiz Gama (1830-1982). O romance é narrado em primeira pessoa através da voz de Kehinde, nascida em 1810 no atual território de Benin. Na cidade de Uidá, aos sete anos, ela e a irmã gêmea ficam curiosas sobre o navio que estava no porto e são sequestradas, juntamente com a avó. Durante a travessia de mais de um mês, a avó e a irmã morrem. As condições das viagens a que eram submetidos os sequestrados são descritas no referido romance histórico como insuportáveis.

Desembarcando no Brasil, as pessoas escravizadas eram batizadas com nomes e sobrenomes portugueses, substituindo cognomes como Azikiwe, Awolowo e Adichie por Souza, Silva, Carvalho, dentre outros. Não obstante, os sujeitos eram batizados pela igreja católica e era proibida a prática da religião do país de origem e a fala da língua nativa. Dessa forma, Kehinde passou a ser Luísa Gama. A personagem é inspirada em Luiza Mahin, verdadeiro nome da mãe do advogado, escritor e jornalista Luiz Gama. Na primeira parte da narrativa, a autora descreve o cotidiano dos escravizados: muita



violência, opressão, chibatadas e, contra as mulheres, estupros, como o relatado no trecho a seguir:

Eu queria morrer, mas continuava mais viva do que nunca, sentindo a dor do corte na boca, o peso do corpo do sinhô José Carlos sobre o meu e os movimentos do membro dele dentro da minha racha, que mais pareciam chibatadas [...] O Lourenço tinha conseguido chorar e, ao perceber isso, o sinhô José Carlos o chamou de maricas e perguntou se estava chorando porque também queria se deitar com um macho como o que estava se deitando com a noivinha dele. [...] Passou cuspe no membro e possuiu o Lourenço também, sem que ele conseguisse esboçar qualquer reação ou mesmo gritar de dor, pois tinha a garganta apertada pelo colar. [...] Virou o Lourenço de frente, pediu que dois homens do Cirpiano o segurassem e cortou fora o membro dele. (GONÇALVES, 2017, p. 171-172)

Após passar por situações humilhantes, violentas e comuns contra os escravizados, Kehinde conheceu um português e, dessa relação, nasceu Luiz Gama, em 1830. Mesmo nascendo livre, aos 10 anos de idade o futuro jornalista foi vendido como escravo pelo pai para pagar dívidas de jogo. Deste modo, Gama deixou Salvador em um navio e partiu para o Rio de Janeiro. Kehinde passaria o resto da vida tentando, em vão, encontrar o filho vendido. Importante salientar que a menção ao romance histórico é feita aqui a título de contextualização histórica, assim como outras obras importantes sobre a mesma temática já foram escritas e também poderiam ser mencionadas para abordar o assunto.

Do Rio de Janeiro, Luiz Gama seguiu para São Paulo, onde passou a estudar e, sabendo que tinha direito à liberdade, tornou-se livre e ingressou no curso de direito, atuando na imprensa da época. Tal engajamento para libertar outros prisioneiros fez com que ele ficasse conhecido como “advogado dos escravos” (SANTOS, 2010, p.16).

Machado da Silva (2018), por sua vez, recuperou a luta pelo fim da escravidão, bem como os argumentos utilizados na época pelos conservadores escravagistas. Um ponto destacado são as guerras até a abolição, como a Revolta dos Palmares, na segunda metade do século XVII, e a Revolta Malês, de 1835. Foram os escravos que organizaram a revolta, que tinha como plano “tomar o poder e matar ou escravizar todos os que não fossem africanos, principalmente os crioulos” (GONÇALVES, 2017, p. 416). No entanto, a revolta acabou se transformando em um massacre com a captura e morte de praticamente todos os participantes.



Até a abolição oficial da escravatura, em 1888, houve outras leis e movimentos que faziam com que o Brasil, mesmo tardiamente, seguisse as decisões de outros países do mundo ocidental. Em 1871, por exemplo, foi criada a Lei do Ventre Livre, que previa que os filhos das mulheres escravizadas que nascessem a partir dessa data seriam livres. Porém, como recupera Machado da Silva (2018), essa lei praticamente não saiu do papel. Já a lei do sexagenário, de 1885, que dava a liberdade para os escravos a partir dos 60 anos, também foi ineficaz, pois praticamente nenhum escravo chegava a essa idade. Todas essas leis, que ao longo dos anos foram permitindo que alguns escravos conquistassem a liberdade, criavam o que Abdias do Nascimento chamou de o mito da África livre: “Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado [...] eram atirados à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de africanos livres” (NASCIMENTO, 1978, p. 65).

Nesse período as discussões sobre o fim da escravização foram acaloradas e houve oposição forte por parte de fazendeiros, empresários e conservadores, além de políticos e parte da imprensa. Tentava-se inverter a situação, transformando os criminosos em salvadores, com um discurso que dizia que a escravidão era uma boa ação que socorria os negros da África selvagem. “Os brancos bons – racionais, civilizados e cristãos – agiriam pela recuperação dos seus irmãos aprisionados e também em benefício da África e dos selvagens africanos necessitados de salvação e da proteção contra os seus” (SILVA, 2018, p. 58).

Conforme Machado da Silva (2018), a imprensa em boa parte foi engajada e fundamental para a abolição, principalmente com a participação de jornalistas negros, como o já mencionado Luiz Gama (que foi militante da causa até a sua morte, em 1882), além de André Rebouças (1838 – 1898), que foi correspondente do jornal inglês *The Times* e atuou na Sociedade Brasileira contra a Escravidão e na Confederação Abolicionista, e José do Patrocínio (1853-1905) fundador de a *Gazeta da tarde*, jornal que combatia o discurso conservador.

Se por um lado parte da imprensa foi engajada, outra parte considerável ajudou a propagar o racismo e o preconceito que perduram no país até hoje. Conforme Machado da Silva (2018), a maioria dos jornais tratou como se a abolição tivesse sido um presente do governo, dos fazendeiros e empresários aos negros. Um dia após a abolição da escravatura, no dia 14 de maio, o jornal *Diário do Maranhão* publicou o seguinte texto:



Se a vagabundagem não for reprimida com a maior severidade, e se os filhos dos libertos não estiverem em estabelecimentos apropriados, onde possam receber educação profissional e moral que os ponha no futuro a coberto do vício e lhes indique o caminho do trabalho e da honestidade. (SILVA, 2018, p. 22)

Como aponta o autor, houve forte oposição de políticos, de parte da imprensa e de uma parcela significativa da sociedade contra a abolição, e tal resistência cravou raízes profundas no corpo social. “Desde o primeiro dia do fim da escravidão, o negro liberto seria visto como vagabundo e bêbado em potencial” (SILVA, 2018).

Sem embargo, histórias como as narradas no documentário *Menino 23* (2016), seguiram acontecendo ao longo do século XX. Na referida produção é denunciado um episódio que ocorreu na década de 1930 quando cerca 50 meninos negros e pardos foram adotados de um abrigo do Rio de Janeiro por um fazendeiro do interior de São Paulo, integrante do Partido Integralista. Na Fazenda Miranda, localizada no município de Campina do Monte Alegre, os meninos deixaram de ter nomes e passaram a ser designados por números. O protagonista do documentário, chamado Aloísio e um dos sobreviventes, era o menino número 23. Em certo trecho ele conta como eram os castigos aplicados aos escravizados: “Ficava de braços abertos, ajoelhado em cima do milho [...] Pra gente que era escravo dele ali, não era fácil não. A gente não podia fazer um nada, não tinha liberdade pra nada” (BELISÁRIO, 2016). Em síntese, para milhares, a escravidão havia sido abolida apenas no papel. Tais histórias, como tantas outras, fizeram com que ao longo dos anos houvesse uma tomada de consciência de uma comunidade vítima de negações humanitárias, assim, conforme ressalta Munanga (2012, p. 12), “a negritude deve ser vista também como confirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas”.

Quase um século depois ainda é necessário que se tenham militantes para lembrar a dívida que a sociedade tem para com todos os descendentes de escravos. É o que Ribeiro vai denunciar em suas obras: o racismo estrutural histórico. Todas as mudanças que ocorreram na sociedade, desde o fim da escravidão até a criação de políticas públicas que combatem o racismo, foram resultado de movimentos sociais e luta por parte da população negra. Em uma delas, liderada pelo filósofo e escritor Oliveira da Silveira, mudou-se a data do Dia da Consciência Negra. Inicialmente a data era celebrada no dia 13 de maio, em referência a promulgação da Lei Aurea. Porém, como essa data reverenciava mais a princesa Isabel do que a luta dos escravizados, na



década de 1970 o grupo Palmares propôs o dia 20 de novembro por marcar o assassinato de Zumbi dos Palmares, herói da luta contra a escravidão, morto em combate em 1695:

O Grupo Palmares primou sempre por um detalhe: ser formado exclusivamente por negros. Com isso, a iniciativa, as ideias e a prática do Vinte se constituem criação inequivocamente negra, emergindo da própria comunidade negra e seguindo caminhos próprios, com suas próprias forças e fragilidades. (SILVEIRA, 2003, p. 35)

Ou seja, mesmo para reivindicar a data para a celebração do dia da Consciência Negra foi necessária uma mobilização para revogar a data anteriormente definida por pessoas que não os representavam. Para combater esse racismo estrutural, uma ferramenta essencial é o jornalismo opinativo, que permite que o autor se levante, aponte o dedo para os poderosos, denunciando os seus erros e, neste caso, o seu racismo. Isso é a *parresía* jornalística, descrita a seguir.

***Parresía* jornalística: a fala franca diante do poderoso**

O termo *parresía* surge na Grécia Antiga, através da escola epicurista, para caracterizar a fala franca que ocorre no espaço público. No entanto, como aponta Foucault (2010a) a palavra teve algumas mudanças de significado com o passar dos anos, sendo que o principal sentido dado ao termo é o uso da fala franca no espaço público, em uma situação em que o emissor assume riscos por tal atitude.

Nos cursos proferidos no Collège de France entre 1981 e 1984, Foucault refletiu sobre o conceito de *parresía*. Em uma das obras publicadas a partir destas falas, o filósofo francês sistematiza o conceito de *parresía* a partir de quatro vértices, sendo eles:

- 1) O vértice constitucional: onde há democracia em que há igualdade entre os cidadãos;
- 2) Vértice político: onde há o jogo da ascendência ou da superioridade (uns têm mais poder do que outros);
- 3) Vértice da verdade: em que a tomada da palavra deve ocorrer para se dizer a verdade;



4) Vértice da coragem: onde há uma rivalidade, em que há dois polos – o que faz o discurso e aquele a quem o discurso é destinado em uma disputa moral (FOUCAULT, 2011).

Etimologicamente a *parresía* é “a atividade que consiste em dizer tudo: pân rêmea, Parresiázesthai é ‘dizer tudo’. O parresiastés é aquele que diz tudo” (FOUCAULT, 2011, p. 10). Ou seja, além da fala franca, o parresiasta é o sujeito que diz tudo. Entretanto, Foucault (2011) salienta que há o bom e o mau uso da *parresía*. No sentido negativo, o parresiasta se torna um tagarela impertinente, “como aquele que não sabe se conter ou, em todo caso, como aquele que não é capaz de indexar seu discurso a um princípio de racionalidade e a um princípio de verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 11). No jornalismo, espera-se que o enunciador faça uso no sentido positivo do termo: “Não ocultar nada, dizer as coisas verdadeiras é praticar a *parresía*. A *parresía* é, portanto, o ‘dizer tudo’, mas indexado a verdade: dizer tudo da verdade, não ocultar nada da verdade, dizer a verdade sem mascará-la com o que quer que seja” (FOUCAULT, 2011, p. 11). Discursivamente, o jornalista deve usar a fala franca, mas renunciando à retórica e da lisonja, dois adversários da *parresía* apresentados por Foucault (2010a) e Ritter (2018).

A partir dessa perspectiva, Ritter (2018) apresenta uma proposta de aplicação da *parresía* para a prática jornalística. Nessa situação, o emissor é o jornalista que faz uso da fala franca para se dirigir a alguém hierarquicamente em posição superior no campo social e político. Para tanto, o jornalista deve utilizar o vértice da verdade e o da coragem, para se levantar diante do sujeito que detém o poder e fazer uso dessa fala no espaço público. Conforme Ritter (2018), são cinco as características elencadas a partir do conceito de *parresía* que possibilitam se conceituar uma *parresía* jornalística: 1) A fala franca; 2) A relação entre o discurso e a forma de vida do jornalista; 3) O uso da fala franca no espaço público através de discurso jornalístico (impresso, radiofônico, televisivo ou digital); 4) O locutor/jornalista assume riscos para fazer uso dessa fala franca; 5) Ato de coragem.

A *parresía* [...] é portanto uma certa maneira de falar. Mais precisamente, é uma maneira de dizer a verdade. Em terceiro lugar, é uma maneira de dizer a verdade tal que abrimos para nós mesmos um risco pelo próprio fato de dizer a verdade. Em quarto lugar, a *parresía* é uma maneira de abrir esse risco vinculado ao dizer-a-verdade constituindo-nos de certo modo como parceiro de nós mesmos quando falamos, vinculando-nos ao enunciado da verdade e vinculando-nos a enunciação da verdade (FOUCAULT, 2010b, p. 63).



Conforme complementa o filósofo francês, para chegar a tal ponto, o sujeito precisa ter a coragem de se vincular ao que ele está dizendo e que ele acredita ser a verdade. É a coragem de usufruir o vínculo existente, e nem sempre percebido ou utilizado, da liberdade com o dizer-a-verdade. A coragem como característica fundamental da parresía jornalística. É só com a coragem que o jornalista vai poder enfrentar o poderoso – seja ele um político, um tirano ou o próprio chefe. Claro que esses casos, como quando Bob Woodward e Carl Bernstein enfrentam os próprios editores do jornal Washington Post e o presidente dos Estados Unidos da época, Richard Nixon, em 1972, para revelar o caso Watergate, ajudam a construir uma mitologia em torno da profissão que, como é conhecido e reconhecido na área, foge à regra – pois a maioria dos jornalistas não são os super-homens ou homens-aranha dos quadrinhos e do cinema. No entanto, acredita-se que, assim como houve um pequeno número de jornalistas parresiastas, no futuro esse número também será limitado, pois uma minoria tem a coragem e as condições mínimas de exercer essa liberdade e de praticar a parresía jornalística. Elemento esse que valoriza os jornalistas que fazem tal uso da fala franca, especialmente para se levantar diante de discursos e atitudes racistas, tal qual fez Djamila Ribeiro, conforme abordado adiante.

Vale a pena ressaltar ainda que a pretensão à verdade é uma das características do jornalismo. Nesse sentido, há diversos pontos em convergência com a perspectiva da relação entre discurso e poder apresentado por Foucault (1979), afinal, assim como o autor destaca que o poder não é exercido apenas pelas instituições políticas, mas também nas relações interpessoais, na prática jornalística, a busca pela verdade envolve uma análise crítica dos discursos e das práticas de poder. Destarte, o jornalismo que busca a verdade não se limita a relatar os fatos, mas desvela as estruturas de poder que estão presentes nas narrativas, revelando, assim, as microfísicas do poder que integram as informações no processo de construção de realidade. O poder, aliás, que afeta diretamente a realidade “dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder” (FOUCAULT, 1979, p12). A partir dessa busca pela verdade jornalística mais acurada, considerando as relações de poder que envolvem a prática jornalística, que é possível pensarmos em uma *parresía* jornalística.



Tendo essas características em mente, pode-se elencar o jornalismo opinativo como uma das possibilidades para fazer uso da *parresía* jornalística. Conforme abordado adiante, mesmo não sendo jornalista por formação, Djamila Ribeiro faz uso desse gênero jornalístico para exercer a fala franca no espaço público.

A resistência como forma de vida em Djamila Ribeiro

Nos anos 1950, Carolina Maria de Jesus escrevia em seu diário as dificuldades de ser mulher negra moradora da favela do Canindé, em São Paulo. No entanto, esse relato só chegou ao grande público através das páginas dos jornais Folha da Noite, em 1958, e da Revista Cruzeiro, em 1960, recuperado pelo jornalista Audálio Dantas. Na narrativa, Carolina demonstra consciência do racismo estrutural em que está inserida, enquanto busca diariamente catar papéis para ter o que comer e para alimentar os filhos. “Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações” (JESUS, 2001, p. 63). Em 1º de agosto de 1980 nascia em Santos, também no estado de São Paulo, Djamila Ribeiro. Filha de estivador, desde cedo ela percebeu que estava inserida em uma sociedade racista. “Por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade [...]. ‘Neguinha do cabelo duro’, ‘neguinha feia’ foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar” (RIBEIRO, 2019b, p. 23). Até entender esse preconceito, ela teve que enfrentar o silenciamento que lhe era imposto diariamente nos ambientes sociais que frequentava.

Na maior parte da minha infância e adolescência, não tinha consciência de mim. Não sabia por que sentia vergonha de levantar a mão quando a professora fazia pergunta já supondo que eu não saberia a resposta. Por que eu ficava isolada na hora do recreio. Por que os meninos diziam na minha cara que não queriam formar par com a “neguinha” na festa junina. Eu me sentia estranha e inadequada, e, na maioria das vezes, fazia as coisas no automático, me esforçando para não ser notada. (RIBEIRO, 2018, p. 7)

Aos seis anos, Djamila aprendeu a jogar xadrez e aos oito ficou em terceiro lugar no torneio da cidade, mas isso não amenizava as piadas que ouvia acerca do cabelo e da cor da pele. Estudante do Colégio Moderno dos Estivadores, aos dez anos a futura filósofa e articulista foi premiada no Anuário Escolar do Estado de São Paulo, ficando entre as crianças que tiraram as melhores notas. Estudou inglês, no entanto, logo percebeu que era uma das poucas pessoas negras nesses ambientes e, mesmo assim, era a única que se deslocava para as aulas de transporte público. “Às vezes mentia sobre



conhecer outras cidades e dizia que meu pai era advogado, e não um trabalhador braçal” (RIBEIRO, 2018, p. 13).

Ter sido filha de um pai autodidata, militante comunista e do movimento negro influenciou na consciência que Djamila passou a ter de que teria que lutar contra o sistema para chegar ao lugar que os colegas brancos ocupavam sem os mesmos esforços.

A sensação de não pertencimento era constante e me machucava, ainda que eu jamais comentasse a respeito. Até que um dia, num processo lento e doloroso, comecei a despertar para o entendimento. Compreendi que existia uma máscara calando não só a minha voz, mas a da minha existência. (RIBEIRO, 2018, p. 15)

Concluído o Ensino Médio, Ribeiro ingressou no curso de Jornalismo, entretanto, teve que trabalhar para poder iniciar a graduação. “Eu limpava e servia café, mesmo tendo currículo melhor do que os das moças que trabalhavam no escritório” (RIBEIRO, 2018, p. 16). Nesse período, ela começou a ler muito e, então, foi descobrindo autores e autoras negros, como a própria Maria Carolina de Jesus, Lima Barreto, Sueli Carneiro, Toni Morrison, dentre outros. Aos 24 anos, Djamila ficou grávida, interrompendo a faculdade de Jornalismo. Mais tarde, quando a filha tinha três anos, ingressou no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo. Então, além do racismo estrutural, ela teve que enfrentar mais uma vez outro adversário: o machismo. “A barreira dessa vez foi o sexismo, porque muitas pessoas da minha família foram contra eu voltar a estudar sendo mãe. Lembro como foram difíceis os primeiros meses, quando pensei em desistir” (RIBEIRO, 2018, p. 23).

Superando vários obstáculos, que incluem a perda dos pais, Ribeiro começou a escrever para sites em 2013. Em 2014 recebeu um convite para contribuir para o blog Escritório Feminista e, em 2015, tornou-se colunista da revista Carta Capital. Nesse período, também fez mestrado em filosofia política pela Universidade Federal de São Paulo e passou a coordenar a coleção Feminismos Plurais. Djamila Ribeiro assinou sua primeira coluna no jornal Folha de S.Paulo no dia 21 de junho de 2019. Em 2020 foi eleita a colunista do ano pela 14^a edição do Troféu Mulher Imprensa, realizado pela Revista Imprensa.

Foi no campo jornalístico que a filósofa encontrou espaço para fazer uso de um discurso combativo ao racismo estrutural, indo ao encontro da perspectiva



apresentada por Moraes (2022) de romper com a perspectiva colonialista que o jornalismo atua desde o século XIX, afinal, “a naturalização das diferenças, transformadas em desigualdades, foi bem assimilada pelas instituições no pós-escravidão” (MORAES, 2022, p. 17), inclusive, conforme já mencionado, dentro do jornalismo. É dentro destes embates discursivos que se encontra a crítica de Djamila Ribeiro ao então presidente brasileiro. Como é possível perceber nas reflexões autobiográficas da autora, é preciso se levantar contradiscursos racistas que mantêm a estrutura opressiva contra negros e negras, pois só assim é possível alterar o status quo, como aponta o ator Lázaro Ramos: “Muitas vezes o racismo faz com que a gente não trilhe nosso caminho e comece a pautar nossas ações pela demanda do preconceito” (RAMOS, 2017, p. 102). Havendo dois polos discursivos em jogo, apresenta-se o cenário para a prática da *parresía* jornalística de Djamila Ribeiro.

Encarando o racismo bolsonarista através da *parresía* jornalística

“Vamos fazer um Brasil para as majorias! As minorias têm que se curvar às majorias! A lei deve existir para defender as majorias! As minorias se adéquem ou simplesmente desapareçam!” (MAGALHÃES, 2019, p. 215). O trecho de um dos discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro na época de campanha das eleições de 2018, recuperado pelo jornalista Mário Magalhães, demonstra que a intenção de calar as minorias e as vozes dissidentes, que incluem jornalistas, nunca foi escondida. A concretização dessa tentativa de silenciamento fez parte das falas diárias do chefe do executivo durante todo o seu mandato, encerrado em 2022, como apontou na época o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, em entrevista à Revista Imprensa: “O governo trabalha contra a imprensa livre cotidianamente. Tenta retirar patrocínio e persegue jornalistas e jornais. Algo que era impensável até cinco, dez ou 15 anos atrás” (LEÃO; FÉRIA, 2020, p. 19). Além disso, o ex-presidente da OAB lembra que há um exército de seguidores do presidente que promovem ameaças no mundo digital a quem critica Bolsonaro.

Há uma violência enorme, em especial contra jornalistas mulheres. Há uma milícia digital armada nas redes, que tenta calar o bom jornalismo, a advocacia e a arte independente. Há uma cultura do bullying. Essas pessoas ameaçam através do anonimato da internet. (LEÃO; FÉRIA, 2020, p. 19)



Essa perseguição aos jornalistas por motivações políticas também foi vivida pelo editor-executivo do Intercept Brasil, Leandro Demori, que contou à Revista Imprensa como é trabalhar em um país onde fazer jornalismo pode representar risco de morte. “O assassinato de Marielle foi um indicativo de como é fácil fazer e depois de como é possível sujar as águas do próprio inquérito para causar uma confusão pública” (HABERLI, 2020, p. 30), comentou, ao revelar que depois da série de reportagens sobre vazamento de mensagens da Operação Lava-Jato.

Esse é o cenário que a filósofa Djamila Ribeiro encontrou ao assumir coluna no jornal Folha de S.Paulo. Uma circunstância que faz com que usar a fala franca no espaço público, dois dos aspectos ressaltados por Ritter (2018) para haver uma *parresía* jornalística, requer a aceitação dos riscos que isso implica e que torna essa uma fala parresiasta.

Os parresiastas são os que, no limite, aceitam morrer por ter dito a verdade. Ou, mais exatamente, os parresiastas são os que empreendem dizer a verdade a um preço não determinado, que pode ir até a sua própria morte. Pois bem, está aí, me parece, o nó do que é a *parresía*. (FOUCAULT, 2010b, p. 56)

Djamila Ribeiro, ao criticar o então presidente publicamente, considerando que ele cotidianamente intimida jornalistas e jornais, além de contar com uma legião de seguidores que ameaçam digitalmente a vida desses profissionais, torna, por si só, a coluna da filósofa como um exemplo de *parresía*. A fala franca presente no texto, inclusive, é o elemento fundador da *parresía*, pois nem sempre o “dizer a verdade” ou o “tudo dizer” vai se constituir em discurso parresiástico. O sujeito pode falar a verdade de diversas maneiras, aparentemente dizendo tudo. Ele pode dizer a verdade, por exemplo, fazendo uso da lisonja e da retórica, dois adversários da *parresía* apontados por Foucault (2010a). E possivelmente a fala franca é a característica que mais facilmente se conecta com as demais, afinal, ela mesma muitas vezes se confunde com a própria palavra *parresía*.

Antes de abordar o texto de Ribeiro, vale ressaltar que ela também cumpre com outro critério importante para poder considerar um discurso parresiasta: a coerência entre a fala do sujeito e o seu modo de vida: “E o que autentifica o fato de dizer-te a verdade é que, como sujeito de minha conduta, efetivamente sou, absoluta, integral e



totalmente idêntico ao sujeito de enunciação que eu sou ao dizer-te o que te digo” (FOUCAULT, 2010a, p. 365).

Chega-se, portanto, à coluna publicada nas versões impressa e digital do jornal Folha de S.Paulo do dia 3 de abril de 2020, sob o título “Governo Bolsonaro vai remover comunidades quilombolas no Maranhão” (RIBEIRO, 2020, p. 16).

Figura 1: Coluna de Djamila Ribeiro na versão impressa do caderno Ilustrada do jornal Folha de S.Paulo do dia 3 de abril de 2020.

B16 SEXTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2020

FOLHA DE S.PAULO ***

ilustrada coronavírus



Linoca Souza

Em defesa dos quilombolas de Alcântara

Governo vai remover famílias no Maranhão para ampliar centro de lançamento

Djamila Ribeiro

Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

Em meio à pandemia do coronavírus e suas consequências para a população brasileira, sobretudo a mais pobre, que é negra em sua maioria, em meio à insuficiência dos serviços (que deveriam ser) públicos, sucateados e entregues a pessoas que lucram em Bolsas de valores do norte global sem a menor preocupação com o povo desse país, em meio ao completo despreparo de um governante cujas práticas nos

envergonham aqui e no mundo inteiro, bem como o caráter racista de seus posicionamentos e projeto político, que mede quilombolas por “arrobos” e que vêm cumprindo, junto ao Ministério da Justiça, todas as suas ameaças às terras desse povo, bem como às terras indígenas, aos olhos complacentes da mídia e do sistema de Justiça brasileiros...

Em meio a tudo isso, 800 famílias de 30 comunidades quilom-

bol, descendentes de escravizados, que habitam a região desde o século 17, serão removidas e sem que possam se manifestar, a fim de que seja ampliado o Centro de Lançamento de Alcântara, para que seja explorado por outros países, principalmente pelos Estados Unidos, com quem o Brasil já firmou acordo de cooperação. Trata-se da resolução número 11 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, assinada pelo Gabinete de Segurança Institucional.

Imperialismo à parte, ainda que não questionemos a medida da cooperação em si, é indispensável frisar que seria possível o mesmo desfecho com a manutenção das famílias quilombolas que lá estão desde o século 17, quando seus ancestrais conseguiram escapar do açote dos senhores com sede, suor e sangue negro e se estabeleceram no local.

Como bem resumiu Givânia Maria da Silva, integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a Conaq, “o governo Bolsonaro, descontente e achando pouco ter retirado os direitos de milhões de trabalhadores(as), sendo a maioria negro(a), de ter destruído todas as políticas e órgãos públicos que pudessem atuar de alguma forma para proteger as comunidades quilombolas nesse momento, jogará cerca de 800 famílias quilombolas, sem qualquer infraestrutura, numa atitude que só o racismo explica”.

É um projeto com profundo caráter racista, como bem pontua Daniel Serejo, quilombola de Alcântara e cientista político — “quando o governo decide verticalmente sobre as nossas vidas, na prática rouba o direito de planejar e decidir sobre o nosso futuro, um procedimento que só encontra paralelo no Brasil colônia”.

Especialmente à coluna, o governador do Maranhão, Flávio Dino se manifestou. “Sempre deixamos claro ao governo federal que somos contrários a qualquer remoção compulsória de quilombolas. Inclusive sempre realçamos que há casos de 30 anos atrás que ainda não foram solucionados”, ele disse, sobre o passivo quando da instalação dessa base. E arremata: “A base pode funcionar do jeito que está. Não precisa remover ninguém”.

Chico Gonçalves, à frente da Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular do estado, contesta a falta de consulta popular para a

medida, uma necessidade imposta pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Em que pese ela estar prevista nessa resolução, as remoções já estão definidas, sem que nenhuma comunidade quilombola tenha sido consultada.

Em nota assinada e encabeçada pelos sindicatos de trabalhadores rurais da região, organizações do movimento negro, comunidades quilombolas e pelo movimento de mulheres, os signatários consideram a medida arbitrária e ilegal, uma vez que afronta os dispositivos legais de proteção dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos e denunciam “ao povo brasileiro que o governo Bolsonaro, submisso aos interesses do governo dos Estados Unidos, além de entregar nossa base de lançamentos, medida que inviabiliza o desenvolvimento de nosso conhecimento e tecnologia aeroespacial, também entrega de bandeja o povo quilombola que vive em seus territórios há centenas de anos”.

É bom que se lembre que no país dos laranjais do Quêiroz e onde meninos usam azul e meninas usam rosa, não é de se espantar que um governo como esse atrole as leis e convenções para entregar a soberania do Brasil de bandeja ao “amigo” do norte.

Entretanto, se ainda resta um pingote de institucionalidade nessa terra arrasada, a remoção há de ser barrada. No que depender da força dos ancestrais e do espírito de resistência das comunidades, o povo quilombola de Alcântara ficará onde está. Que as instâncias responsáveis possam contribuir para a justa permanência.

| DOM. Fernanda Torres, Drauzio Varella | SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | QUI. Contardo Calligaris | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Fonte: Ribeiro (2020).

Djamila Ribeiro introduz apresentando uma síntese do racismo estrutural reforçado pela política adotada durante o governo Jair Bolsonaro.

Em meio à pandemia do coronavírus e suas consequências para a população brasileira, sobretudo a mais pobre, que é negra em sua maioria, em meio à insuficiência dos serviços (que deveriam ser) públicos, sucateados e entregues a pessoas que lucram em Bolsas de



valores do norte global sem a menor preocupação com o povo desse país, em meio ao completo despreparo de um governante cujas práticas nos envergonham aqui e no mundo inteiro, bem como o caráter racista de seus posicionamentos e projeto político, que mede quilombolas por “arrobadas” e que vêm cumprindo, junto ao Ministério da Justiça, todas as suas ameaças às terras desse povo, bem como às terras indígenas, aos olhos complacentes da mídia e do sistema de Justiça brasileiros. (RIBEIRO, 2020, p. 16).

Essa fala inicial da filósofa deixa clara a opinião de que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, é racista e apresenta um histórico de atitudes que comprovam isso. Assim, retomando o problema de pesquisa, sobre como a autora combate o racismo em um caso que envolve o presidente brasileiro, vale ressaltar que ela começa mencionando desde falas de Jair Bolsonaro, até políticas que estão sendo aplicadas pelo governo contra a população negra do país. Sobre o primeiro item, ela menciona a utilização do termo “arrobadas”, utilizado por Bolsonaro durante discurso proferido em 2017, quando era deputado federal. Na ocasião, Bolsonaro fez o seguinte comentário: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas [...]. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”, comentou, sendo que arroba é uma medida para pesar gado.

Essa coragem da filósofa em mencionar o racismo do presidente no jornal de maior circulação do país a coloca na condição de parresiasta, pois, ela assume riscos ao apontar o preconceito do presidente da República. Assim, Ribeiro fez nas páginas do jornal o mesmo que o parresiasta fazia diante do imperador na Grécia Antiga.

Pois bem, justamente, ele se levanta, se endireita, toma a palavra, diz a verdade. E, contra a tolice, contra a loucura, contra a cegueira do amo, ele vai dizer a verdade e, por conseguinte, limitar com isso a loucura do amo. A partir do momento em que não há parresía, os homens, os cidadãos, todo o mundo está fadado a essa loucura do amo. E nesse momento nada é mais doloroso do que ser obrigado a ser louco com os loucos. A parresía vai ser, portanto, a limitação da loucura do amo pelo dizer-a-verdade daquele que deve obedecer, mas que, diante da loucura do amo, se encontra legitimado a lhe opor a verdade. (FOUCAULT, 2010b, p. 150)

Enquanto muitas vezes o jornalista se cala ou compadece com os abusos cometidos por políticos e outras autoridades, Djamila Ribeiro fez o uso discursivo da parresía. Em seguida, a colunista comenta que 800 famílias de 30 comunidades quilombolas, que são descendentes de escravizados que habitam a região desde o



século XVII, perderão as suas terras sem poder se manifestar. A ação, conforme ela explica, visa ampliar o Centro de Lançamento de Alcântara, “para que seja explorado por outros países, principalmente pelos Estados Unidos, com quem o Brasil já firmou acordo de cooperação” (RIBEIRO, 2020, p. 16).

A fala de Ribeiro demonstra o caráter racista da ação, pois está sendo negada a diáspora pela qual os escravizados foram obrigados a fazer. Aliás, nega-se assim diversos elementos da formação cultural da identidade brasileira. “Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza impressa através do parentesco e da linguagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior” (HALL, 2009, p. 28). Novamente se tem a colunista se valendo de dados históricos para combater o racismo presidencial. Ribeiro está sendo coerente com discursos anteriores, pois ela sempre defendeu que se combata o racismo vigente através da perspectiva histórica, muitas vezes silenciada pela sociedade.

É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas. (RIBEIRO, 2019a, p. 9)

A colunista traz ainda em sua narrativa a fala de outras pessoas que corroboram com essa perspectiva, como uma declaração de Givânia Maria da Silva, integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), e do quilambola e cientista político Daniel Serejo, que também acusam a ação do governo de racista. “Quando o governo decide verticalmente sobre as nossas vidas, na prática rouba o direito de planejar e decidir sobre o nosso futuro, um procedimento que só encontra paralelo no Brasil colônia” (RIBEIRO, 2020, p. 16), avaliou Serejo à colunista. O governador do Maranhão, Flávio Dino, e o secretário de Direitos Humanos e Participação Popular do estado, Chico Gonçalves, também são citados como contrários à medida do governo federal.

Assim como na Grécia Antiga, o uso da *parresía* causa a ira dos poderosos no século XXI. Esse enraivecimento tenta calar o discurso parresiasta que nesse caso é assumido por uma mulher negra que ocupa um espaço importante no campo jornalístico. “São exemplos na medida em que são casos em que vemos as instituições políticas, sejam elas, aliás, democráticas, tirânicas ou oligárquicas, impedir ou querer



impedir os que estão do lado da justiça e da legalidade de dizer a verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 67). Em uma de suas obras Ribeiro comenta as dificuldades para uma mulher negra falar sobre qualquer assunto que fuja do esperado pela sociedade.

Falar, muitas vezes, implica receber castigos e represálias, e justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade suprematista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade?” (RIBEIRO, 2019a, p. 77)

Esses questionamentos convergem com o texto parresiasta escrito pela filósofa e publicado pela Folha de S.Paulo, que questiona quem tem o poder. “O parresiasta só tem uma coisa a fazer: voltar-se contra o poderoso. E publicamente, diante de todos, diante do dia, diante daquela luz que os ilumina, ele se dirige ao poderoso e lhe diz qual foi a injustiça que este cometeu” (FOUCAULT, 2010b, p. 125). Foi exatamente o que fez o discurso proferido textualmente por Ribeiro, valendo-se de um dos principais meios para se militar contra o racismo, que são as mídias sociais, afinal “a comunicação continua sendo uma estratégia importante na militância negra, e tem se afirmado cada vez mais nos processos de luta pela igualdade racial” (CHAVES, 2014, p. 178). Importante lembrar que estamos falando de décadas de combate ao racismo através da imprensa, pois, conforme visto no início do artigo, Luiz Gama e diversos outros jornalistas já fizeram uso da fala franca ao longo dos anos para combater a discriminação social e governamental que sempre esteve presente na história do Brasil.

Ao final, ela ironiza o presidente da República e também os ideais proferidos pela sua equipe de governo, bem como a condição de submissão que Bolsonaro assumiu desde que tomou posse em relação ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump: “É bom que se lembre que no país dos laranjas do Queiroz e onde meninos usam azul e meninas usam rosa, não é de se espantar que um governo como esse atropela as leis e convenções para entregar a soberania do Brasil de bandeja ao ‘amigo’ do norte” (RIBEIRO, 2020, p. 16).

Por fim, o texto de Ribeiro (2020) demonstra que ela se valeu de dados históricos, de opinião e também do espaço jornalístico para fazer uso da sua *parresía*, cumprindo com as cinco características que marcam a prática de uma *parresía* jornalística, a saber: 1) fazendo uso fala franca ao escrever o que ela pensa abertamente



sobre o tema do texto; 2) apresentando coerência entre discurso e a forma de vida que ela leva, ou seja, trazendo elementos da sua biografia para a narrativa de combate ao racismo presidencial; 3) fazendo uso da fala franca no espaço público, ou seja, valendo-se de um jornal de grande circulação para emitir a sua opinião, que chega até as mãos do então presidente ou, ao menos, de sua assessoria; 4) assumindo riscos para fazer uso dessa fala franca, pois ela corre diversos riscos por se levantar diante da principal autoridade do país; e 5) publica tal texto em um ato de coragem.

Vale ressaltar também que as instituições jornalísticas historicamente sempre serviram de arena para impedir que os poderosos governassem sem limites. “Não é demais afirmar que a imprensa é a única grande força organizada a portar, como um todo, o estandarte da correção pública” (PULITZER, 2009, p. 55). Mesmo assim, conforme bem aponta Moraes (2022), muitas vezes o racismo acaba sendo institucionalizado dentro do próprio jornalista, disfarçado de técnicas que, teoricamente, buscariam a objetividade, afinal, a própria definição da pauta, ou seja, do tema a ser abordado em uma notícia informativa, é uma arma que “pode servir para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo próprio jornalismo” (MORAES, 2022, p. 10). Considerando isso, a atuação de jornalistas e colunistas, portanto, conseguem sair de um jornalismo que busca um enquadramento mais objetivo para, através de um jornalismo subjetivo, de certa forma assumir o papel social que era atribuído aos filósofos da Grécia Antiga, que utilizavam a praça pública e a ágora para apontar à sociedade as injustiças cometidas pelos poderosos. No caso de Ribeiro, foram reunidas as duas funções, pois além de colunista ela também é mestre em Filosofia “Somos fortes porque o Estado é omissivo, porque precisamos enfrentar uma realidade violenta” (RIBEIRO, 2018, p. 20). A *parresía* jornalística, assim, passa a ser uma ferramenta fundamental para se enfrentar as injustiças sociais.

Considerações finais

No romance *Americanah*, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie construiu uma narrativa ficcional com inspiração autobiográfica para contar a trajetória de uma mulher africana que se muda para os Estados Unidos. Chegando lá, Ifemelu, como é chamada a protagonista, percebe que ela é o outro em uma sociedade em que as classes média e alta são predominantemente ocupadas por pessoas brancas enquanto os negros estão na parte mais baixa da pirâmide social. Assim como a



Adichie, a personagem cria um blog em que relata os dramas enfrentados diariamente no país da América do Norte. Em um desses textos, ela descreve o tratamento desigual enfrentado pelos negros: “Bem, os brancos não são tratados como merda nos bairros afrodescendentes de classe alta, [...] os júris negros não dão penas mais longas para criminosos brancos do que para os negros que cometeram o mesmo crime [...]” (ADICHIE, 2014, p. 354). Esse racismo estrutural, descrito pela romancista, também é aplicável ao Brasil. Essa também é a denúncia feita por Ribeiro, inicialmente em blogs e posteriormente em sites de jornais e revistas de grande circulação.

Vale lembrar mais uma vez, contudo, que tanto Adichie quanto Djamila Ribeiro e outros autores e autoras citados ao longo do artigo felizmente não são os únicos a abordar o tema, sendo que uma pesquisa mais ampla permite, obviamente, uma abordagem mais diversificada de autores e perspectivas teóricas acerca deste grave problema histórico, cultural e social. Afinal, ao longo dos últimos anos houve um expressivo aumento tanto na produção jornalística, literária e acadêmica sobre o racismo, sua história e sua presença na sociedade contemporânea, quanto a recuperação de textos e autores de outras épocas que já abordavam o assunto.

Ademais, no texto selecionado para ser objeto de estudo, percebe-se o caráter *parresíasta* adotado por Ribeiro para se levantar através do jornal de maior circulação do Brasil diante do presidente da República da época e escancarar o seu racismo. Fazendo uso da sua *parresía* jornalística, a filósofa se levanta e aponta o caráter racista de declarações e decisões do então chefe do executivo. Bolsonaro já falou mais de uma vez que não se considera racista, no entanto, o fato de ele não se considerar um racista não o torna um “não racista”. Assim como parte da sociedade brasileira pensar que não existe racismo no Brasil não muda o fato apresentado por Ribeiro (2018) de que vivemos em uma estrutura social completamente racista, pois conforme dados apresentados pela autora, recuperados de pesquisa do IBGE de 2013, negros ganham 54,7% do salário de brancos e o assassinato de jovens negros no Brasil é 2,5 vezes maior que o de jovens brancos. “Ou de a maioria da população negra ser pobre por conta do legado da escravatura. De as mulheres negras ainda serem a maioria das empregadas domésticas e estarem na base da pirâmide social” (RIBEIRO, 2018, p. 34). Ou seja, um assassino que afirma que não cometeu determinado crime não o torna inocente. Ele apenas faz uso da retórica, um dos adversários da *parresía* apresentados por Ritter (2018).



Retomando a problemática de pesquisa apresentada no início desse artigo, sobre como Ribeiro utiliza o espaço jornalístico para combater o racismo em um caso que envolve o presidente da República, chega-se à resposta de que ela fez uso do que está sendo chamado de *parresía* jornalística utilizando dados históricos, entrevistas de fontes especializadas, opinião, além do uso da fala franca assumindo riscos por tomar tal atitude. Finaliza-se, portanto, esta etapa da pesquisa afirmando que em um país onde a intolerância e o racismo ganham cada vez mais espaço nas falas e declarações de autoridades, como o fez diversas vezes o ex-presidente da República durante o seu mandato, aumenta a importância de discursos contra hegemônicos e parresiastas na imprensa brasileira. Djamila Ribeiro, filósofa, escritora e colunista, mostra um caminho a seguir.

Referências

ADICHIE, C. N. **Americanah**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CHAVES, L. S. **Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil**: estudo de caso da Agência Afropress. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GONÇALVES, A. M. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

HABERLI, L. “**Sabíamos que se publicássemos qualquer coisa forjada, nossas carreiras poderiam acabar**”. São Paulo: Revista Imprensa, Mar/Abr de 2022.

HALL, S. **Da diáspora** – identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**. São Paulo: Ática, 2001.



JUSTA CAUSA. **Justa Causa entrevista Ana Maria Gonçalves** (Um defeito de cor). São Paulo, 3 mai. 2019. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9qaO6rF7Ulg>. Acesso em: 19 abr. 2022.

LEÃO, S. I.; FÉRIA, L. **Batalhas históricas**. Revista Imprensa, São Paulo, Mar/Abr de 2020.

MACHADO DA SILVA, J. **O que pesquisar quer dizer** – como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MACHADO DA SILVA, J. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: a abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MAGALHÃES, M. **Sobre lutas e lágrimas** – Uma biografia de 2018. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Menino 23. Direção: Belisário Franca. Produção: Cláudia Lima. Roteiro: Bianca Lenti; Belisário Franca. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2016. 1DVD (79 min).

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022

MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 06–14, 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/246>. Acesso em: 4 jul. 2023.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PULITZER, J. **A escola de jornalismo** – A opinião pública. Florianópolis: Insular, 2009.

RAMOS, L. **Na minha pele**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019a.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

RIBEIRO, D. **Em defesa dos quilombolas de Alcântara**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 3 abr. 2020. Ilustrada, p. 16. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/04/governo-bolsonaro-vai-remover-comunidades-quilombolas-no-maranhao.shtml>. Acesso em: 3 abr. 2022.

RITTER, E. **Jornalismo gonzo**: medo, delírio, mentiras sinceras e outras verdades. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, L. C. **Luiz Gama**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SILVEIRA, O. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, P. B. G.; SILVERIO, V. R. (Orgs.). **Educação e Ações Afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília-DF: MEC/Inep, 2003. p. 21-42.



★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.